



**Organização das Instituições Supremas de Controle da
Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (OISC/CPLP):
15 ANOS DE FECUNDO TRABALHO**

(Comunicação do Secretário-Geral da OISC/CPLP, Ministro Luciano Brandão Alves de Souza, perante o II Seminário da Entidade em Dili, Timor-Leste: 29 de junho a 1º de julho de 2011)

Excelentíssimo Senhor Cláudio Ximenes, digno Presidente do Supremo Tribunal de Recurso de Timor-Leste;

Excelentíssimos Senhores Presidentes e Representantes dos Tribunais de Contas Membros da OISC/CPLP;

.....

Senhoras e Senhores:

Lamentando não me ter sido possível participar pessoalmente deste II Seminário em Dili, solicitei à Sua Excelência, o Senhor Ministro Walton Alencar Rodrigues, que aqui tão dignamente representa o Egrégio Tribunal de Contas da União (TCU/Brasil), e a quem muito particularmente agradeço, que neste importante Encontro fizesse a gentileza de representar também a Secretaria-Geral da OISC/CPLP e apresentasse nesta oportunidade a Comunicação especialmente elaborada para este momento tão expressivo.

Parece-nos sobremodo auspicioso que esta Reunião tenha lugar em Timor-Leste, cuja tenacidade em afirmar-se como Nação é compreensível motivo de júbilo para todo o universo dos povos lusófonos.

É particularmente significativo que da Pauta do Seminário conste, com destaque, o registro do que tem alcançado a Entidade ao longo de seus primeiros quinze anos de existência.

Tudo começou em 1995, quando, em Lisboa, o saudoso Ministro Sousa Franco, então Presidente do Tribunal de Contas Português, e o Ministro brasileiro Marcos Vilaça, conversaram, pela primeira vez, a respeito da real necessidade de se estreitarem os laços de cooperação entre as Instituições de Contas lusófonas. Logo a seguir, também reuniram-se os Tribunais de Contas de Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe, em seu I Encontro, quando assinaram um Memorandum de Entendimentos com o objetivo de fomentar o desenvolvimento e o aperfeiçoamento técnico entre seus signatários. Para coordenar os trabalhos daí decorrentes foi constituída a Comissão Mista de Cooperação Técnica, Científica e Cultural dos Tribunais de Contas dos Países de Língua Portuguesa, apoiada por um órgão executivo - sua Secretaria Geral. Criou-se ainda um Centro de Estudos e Formação, responsável pelo treinamento e aperfeiçoamento técnicos e pela elaboração de estudos, edição de publicações e atos normativos, conforme bem ilustram os relatórios por ele elaborados.

A integração dessas Instituições antecedeu a criação da CPLP, constituída que foi esta em 17 de julho de 1996, quando os mesmos sete Países firmaram a Declaração Constitutiva da Comunidade dos

Países de Língua Portuguesa (CPLP). Desde então, enquanto se estreitava o conagraçamento por diversos caminhos, crescia a cooperação entre as nações lusófonas, inclusive por meio de reuniões governamentais, em seus vários níveis, e florescia paralelamente o intercâmbio técnico entre as Instituições de Contas da Comunidade.

A associação pioneira de Tribunais de Contas no âmbito das relações entre países de língua portuguesa vem realizando, desde sua constituição, importante troca de experiências e informações, com reflexos comprovadamente positivos para todos.

Essa mútua contribuição trabalhou sempre em sintonia com as demandas das sete Instituições, sob as mais variadas formas: debates, permuta de material especializado, auditorias, avaliações técnicas, cursos e estágios para auditores, entre outras numerosas ações.

Para a efetivação dessas atividades, a Secretaria-Geral, executora que é das decisões da Organização e órgão de permanente contato entre os Tribunais Membros, tem por sua vez coordenado treinamentos, elaborado projetos de programas de atividades de cooperação e de documentos, promovido trabalhos técnicos, atividades de formação profissional, visitas de estudos, conferências e seminários, além de encontros oficiais, divulgando, mediante Relatórios periódicos, as iniciativas da Organização, e outras tarefas de sua competência.

À medida que o conjunto dessas ações se desenvolvia, os Tribunais signatários do Memorandum perceberam a necessidade de fixar novas diretrizes e melhor balizá-las. Foi então que, em 16 de julho de 2001, nos Açores, Portugal, aprovou-se o Estatuto da Organização, que estabeleceu os moldes da Entidade e fixou normas para seu

funcionamento. Nos termos desse diploma, a então Comissão Mista de Cooperação Técnica, Científica e Cultural deixou de existir, criando-se em seu lugar a seguinte nova estrutura: Assembleia Geral, Conselho Diretivo, Secretaria-Geral e o Centro de Estudos e Formação.

Ao longo desses quinze anos, foram realizados cinco Encontros e seis Assembleias-Gerais, aqueles sob a égide do Memorandum de Lisboa (1995) e as Assembleias após a criação da Organização e a aprovação de seu Estatuto (Açores, 2001).

O I Encontro, como já referido, foi realizado em Lisboa, em 1995, quando firmou-se o Memorandum de Entendimentos. O II, em Cabo Verde (Cidade da Praia, 1996), ocasião em que foram debatidos dois temas: “Os Tribunais de Contas e as Privatizações” e “As Garantias de Independência dos Tribunais de Contas”. O III Encontro aconteceu em Moçambique (Maputo, 1997). Lá foram abordados os temas: “Os Tribunais de Contas e o Controle Interno” e “Os Tribunais de Contas na melhoria da Administração Pública” (fato a destacar nesse III Encontro foi a aprovação de Moção de Reconhecimento ao Arquiteto brasileiro Oscar Niemeyer pela criação e oferta de logotipo alusivo à mesma Reunião, decidindo-se pela adoção daquela marca como símbolo permanente da Organização dos Tribunais lusófonos. Em carta de 19 de junho de 1998, agradecendo a homenagem, escreveu o renomado profissional, entre outras palavras: “A idéia de que parti, bastante conforme ao espírito destes povos de língua portuguesa, é a do enlace permanente. Enlace comum a essa gente que não teme defender a independência, a liberdade e o compromisso. Povos irmanados pela língua, aproximados pelos “mares salgados”, sempre dispostos à ação integrativa, proporcionando ao novo milênio o exemplo da união lúcida,

refletida, assentada na emoção da fraternidade”). O IV, no Brasil (Brasília, 2000), discutiu as matérias: “Os Tribunais de Contas face ao Desenvolvimento das Tecnologias da Informação e Comunicação” e “As Relações das Instituições Supremas de Controle com o Parlamento”.

Já na vigência do Estatuto, a I Assembleia da Organização (Açores, Ponta Delgada, 2001) ocorreu dentro do próprio V Encontro, por ocasião da aprovação do Estatuto, quando foi apreciado o tema: “Os Tribunais de Contas da CPLP e os desafios das auditorias”. A segunda Assembleia foi realizada em Angola (Luanda, 2002), com os seguintes temas: “A Boa Governação e o Papel da ISC” e “A Influência dos Tribunais de Contas nas Reformas Administrativas”. A terceira Assembleia reuniu-se no Brasil, em Fortaleza (Ceará, 2004), quando foram discutidas “A Relação dos Tribunais de Contas com o Sistema de Controle Interno” e “A Independência dos Tribunais de Contas”.

Em todos esses Eventos, a Organização aprovou Conclusões e Recomendações sobre os temas técnicos ali debatidos e discutidos.

Nesses quinze anos de atividades da OISC/CPLP, o Tribunal de Contas português foi sucessivamente eleito para sede do Centro de Estudos e Formação, que tem sido, desde então, competente e dedicadamente coordenado pelo Juiz-Conselheiro e Diretor-Geral José Tavares, da mesma Instituição. Igualmente, o Tribunal de Contas da União (TCU), Brasil, vem sendo escolhido como sede da Secretaria-Geral da Organização.

É de toda justiça que ressaltemos nesta oportunidade o apoio e o estímulo categóricos que todas as Instituições Membros de nossa Organização proporcionaram ao trabalho afeto a esta Secretaria-Geral,

no decorrer desses quinze anos. Assim, o respaldo de pessoal e de material, inclusive a destinação de dependências, instalações e meios de comunicação proporcionados pelo Tribunal de Contas da União, em Brasília, desde a Presidência do Ministro Marcos Vilaça até a do atual Presidente Benjamin Zymler, foi decisivo para o desenvolvimento das atividades da Secretaria-Geral.

Sem esse suporte não nos teria sido possível, para citar apenas um exemplo, organizar o Perfil dos Tribunais da Comunidade, reunindo informações mesmo sucintas a respeito da origem e evolução histórica, enquadramento jurídico institucional, jurisdição, organização e, finalmente, modalidades de fiscalização e controle inerentes a cada um deles.

É fora de dúvida que os históricos laços culturais há séculos unindo as nações de língua portuguesa respondem em larga escala pelo já comprovado sucesso da cooperação entre as Instituições de Contas da CPLP, sempre empenhadas em aprimorar seu desempenho na árdua tarefa de zelar pela retidão e eficiência da Administração Pública em cada um dos países que tão altamente representam.

Neste ensejo, esta Secretaria-Geral reafirma sua disposição de prosseguir no trabalho de auxiliar cada vez mais no conagraçamento e na colaboração já predominantes entre as Instituições Supremas de Controle da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

Retomando o resumo das ações das Instituições de contas lusófonas a partir de seu décimo ano de criação, lembremos a realização da IV Assembleia da Organização de 17 a 21 de julho desse ano em Maputo, Moçambique, quando se discutiram os temas “As

Recomendações das ISC e o Acompanhamento do seu Acatamento” e “O Controle Externo das Parcerias Público-Privadas”. Antes, em Brasília, Brasil, realizara-se, de 6 de fevereiro a 7 de abril, um curso e estágio sobre Auditoria da Tecnologia da Informação. Mais tarde, de 27 de novembro a 8 de dezembro, também em Brasília, ocorreu o curso de Estudos em Controle da Gestão Ambiental.

O ano de 2007 foi bastante produtivo, pois em 9 de maio reunia-se o Conselho Diretivo em Lisboa. Além de visitas de estudos de autoridades e técnicos do Tribunal Administrativo de Moçambique e do Tribunal de Contas de Cabo Verde à Instituição de Contas brasileira, houve também o Encontro Técnico sobre Auditoria de Obras Públicas dos Tribunais da CPLP, igualmente na Capital brasileira.

Em 2008, de 8 a 9 de maio na Cidade do Porto, os destaques da V Assembleia foram a aprovação do Primeiro Plano Estratégico da Organização (PET 2008-2010) e o debate do tema “Como medir os impactos da atividade dos Tribunais de Contas?”. Em 15 de dezembro reuniram-se em Lisboa o Grupo de Trabalho responsável pela execução do PET 2008-2010 e o Conselho Diretivo da OISC/CPLP.

A assinalar igualmente: Cursos de Auditoria de Obras Públicas, sobre Normas Internacionais de Auditoria, sobre Auditoria de Performance - em Cabo Verde e em Lisboa; Encontro Técnico sobre Auditoria Governamental, em Brasília; e Reunião da Equipe Técnica Encarregada do PET 2008-2010 em Cabo Verde.

O Seminário da OISC/CPLP sobre o Desenvolvimento de Técnicas de Auditoria, organizado pelo Comissariado da Auditoria de Macau, China, de 26 a 27 de fevereiro, tendo à frente a Comissária Fátima Choi

foi sem dúvida um dos pontos altos das atividades de nossa Organização em 2009. Registrem-se ainda as visitas de Autoridades e Técnicos dos Tribunais de Contas de Cabo Verde e do Administrativo de Moçambique ao Tribunal de Contas da União (TCU/Brasil) em Brasília.

Novembro desse mesmo ano de 2009 foi marcado pela adesão da OISC/CPLP como Membro Associado da INTOSAI.

Concluindo esta síntese das principais ações de nossa Organização ao longo dos seus primeiros quinze anos, recordaríamos, como seu ponto alto em 2010, a realização da VI Assembleia-Geral em São Tomé e Príncipe, de 10 a 14 de outubro, quando foram discutidos os temas “O papel dos Tribunais de Contas no combate contra a corrupção” e “O parecer do Tribunal de Contas sobre a Conta Geral do Estado no âmbito da prestação de contas”.

Antes, em maio, houve a visita de autoridades e técnicos do Tribunal Administrativo de Moçambique à Instituição de Contas brasileira em Brasília.

Em Lisboa reuniu-se, também em junho, a equipe técnica da OISC/CPLP responsável pelo acompanhamento das ações do Plano Estratégico (PET) 2008-2010.

A VII Assembleia da Organização será realizada em 2012 em Cabo Verde. Antes, em outubro de 2011, reunir-se-á o Conselho Diretivo, composto das Instituições do Brasil, Portugal e do país anfitrião dessa Assembleia, para discutir, entre outros assuntos, a proposta do novo PET da Organização, com vigência de 2011 a 2016.

Assim, vemos pelo exposto que a Organização das Instituições Supremas de Controle da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa,

nesses quinze anos de fecundo funcionamento, tem se mantido sempre fiel aos seus altos objetivos de congregar os Tribunais de Contas que a integram. Como vimos, a troca de experiências, os cursos de aperfeiçoamento, os exemplos de cooperação técnica e científica foram constantes e ininterruptos, proporcionando a todos os Tribunais Membros oportunidades que antes da criação da Entidade seriam impensáveis. Com isso, beneficiou-se também a Comunidade das Nações Lusófonas de tantas e importantes tradições. Tudo isso conseguido e correspondente à busca dos importantes objetivos que nortearam a fundação da Instituição.

A realização aqui em Dili deste Seminário é um acontecimento muito salutar para todos os que constituímos a OISC/CPLP. Não é novidade que desde o início nossa Organização interessou-se e empenhou-se na adesão de Timor-Leste às suas fileiras. Percebemos agora que essa grata expectativa aproxima-se cada vez mais de um desfecho positivo. As notícias dadas por Sua Excelência o Senhor Presidente Guilherme d'Oliveira Martins, do Tribunal de Contas de Portugal, durante a Conferência Internacional sobre Controle Externo das Contas do Estado, realizada aqui em Dili em março último, de que, nos termos do acordo firmado nesse sentido, Timor-Leste enviará a Portugal vinte jovens, selecionados entre duzentos candidatos, para frequentarem Curso de Introdução ao Controle Financeiro, seguido de estágio profissional em exercício de funções – tal notícia nos é a todos particularmente bem-vinda e agradável.

Assim, os vinte selecionados, após formação em Portugal, deverão ingressar na Câmara de Contas, órgão a ser criado subordinado ao Egrégio Supremo Tribunal de Recurso, até a instalação do Tribunal de

Contas timorense. Nesse sentido — não poderíamos registrar informação mais estimulante — já que o Governo de Timor-Leste trabalha no respectivo projeto de lei.

Nossos melhores votos são de que, na justa medida do possível, essas iniciativas e providências se conjuguem de tal forma que o seu desfecho se concretize brevemente.

Também esperamos que os benefícios do Plano Estratégico 2011-2016, a ser apreciado na próxima VII Assembleia Geral da OISC/CPLP, a ter lugar em Cabo Verde, sejam estendidos ao futuro Tribunal de Contas de Timor-Leste, uma vez que eles correspondem à busca por parte da OISC/CPLP dos elevados objetivos de congraçamento entre as nossas oito Instituições.

São essas as informações que a Secretaria-Geral se permitiu reunir para submeter aos Tribunais coirmãos na oportunidade em que se comemora, nesta Capital, os quinze anos de criação de nossa Entidade.

Concluimos reiterando nossos agradecimentos ao Ministro Walton Alencar Rodrigues pela honrosa representação da Secretaria-Geral da OISC/CPLP e formulando a todos aqui presentes os melhores votos de continuado êxito em busca dos superiores objetivos e proveitosos resultados para os quais foi criada a nossa Organização.

Dili, em 29 de junho de 2011

Ministro Luciano Brandão Alves de Souza
Secretário-Geral da OISC/CPLP